

### ▪ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### RECURSO :

ILUSTRÍSSIMO PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

ORLA COMUNICACAO INTEGRADA LTDA ME, sociedade limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 26.192.394/0001-10, com sede em Niterói, no endereço Estrada Caetano Monteiro, 1833, casa 13, bairro Badu, no Estado do Rio de Janeiro, ora representada por seu sócio-diretor, RICARDO NUNES DE SOUZA, brasileiro, casado, jornalista, portador da carteira de identidade nº 08558692-3, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF sob o nº 036.871.847-65, vem interpor Recurso Administrativo em face da decisão que determinou sua desclassificação do Pregão Eletrônico nº PE.PPSA.003/2021 pelos motivos de fato e de direito abaixo expostos.

Requer o processamento do presente recurso, com sua remessa à autoridade superior, para que proceda ao seu julgamento.

Nestes termos, pede deferimento.

Rio de Janeiro, 13 de julho de 2021.

RICARDO NUNES DE SOUZA

RAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO EM PREGÃO ELETRÔNICO

Ref. Pregão Eletrônico nº: PE.PPSA.003/2021

Recorrente: ORLA COMUNICACAO INTEGRADA LTDA ME

ILUSTRÍSSIMO PREGOEIRO

Apesar de reconhecer a competência, honestidade e conhecimento do Ilmo. Pregoeiro, o recorrente apresenta as razões pelas quais, no caso, sua decisão foi equivocada, merecendo os devidos reparos.

#### I – PREMILIMINARMENTE

Cumpra esclarecer, inicialmente, que o recorrente manifestou sua intenção de recorrer ao final da sessão de classificação e habilitação, conforme se depreende da respectiva ata, cumprindo o que prevê o art. 4º, inc. XVIII da Lei nº 10.520/2002.

#### II - DOS FATOS

No dia 07 de julho de 2021 foi finalizado o Edital de Pregão Eletrônico nº PE.PPSA.003/2021, para registro de preços, no âmbito da assessoria de Comunicação e Ouvidoria da Pré-Sal Petróleo S.A. ("PPSA"). O sistema utilizado para a realização do certame foi o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia de Informação do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) (item 4.1 do edital).

O objeto do dito certame era a eventual e contratação de prestação continuada de serviços de agência de comunicação, para apoio à assessoria de Comunicação e Ouvidoria da Pré-Sal Petróleo S.A. ("PPSA"), na implementação de uma comunicação integrada voltada a diferentes públicos de interesse, desenvolvendo relacionamento com a imprensa, formadores de opinião, influenciadores, assessorias e departamentos de comunicação de parceiros, governos, academia, instituições e funcionários da empresa.

O recebimento das propostas iniciou-se em 24/06/2021 e a sua abertura foi marcada para ocorrer em 07/07/2021.

O impetrante, no dia 06/07/2021, ofereceu proposta escrita, mas foi desclassificado, com a justificativa de que não ter anexado documento que atesta qualificação técnica, o que está disponível no portal Comprasnet do Governo Federal.

Foi apresentada toda a documentação adequada quanto a qualificação técnica da empresa, visto que atendemos a Sapura Navegação Marítima (empresa de engenharia submarina de interligação de dutos de extração de petróleo offshore, joint venture entre dois líderes internacionais nos seus mercados, a Seadrill e a Sapura Energy) e que tem como um dos principais clientes a Petrobras.

Incabível a desqualificação do impetrante, haja visto que, apesar de estar prestando serviços por 6 meses à empresa supracitada, a mesma dispõe de um escopo de trabalho oferecido altamente capacitado no setor de exploração e produção, além da experiência de 10 anos na área, pelo sócio-diretor da empresa, e 15 anos de experiência comprovadas através de atestados de capacidade técnica de suas colaboradoras.

#### III – DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

##### a) Da restrição indevida de competitividade

Calha salientar que a exigência de declaração apartada, além daquela mesma já efetuada no campo próprio do sistema, revela uma restrição indevida da competitividade (até por não estar prevista no edital). Frustra-se, assim, uma das finalidades da licitação, que é a busca pela melhor proposta, gerando prejuízo ao erário, que contratará os serviços por preços mais elevados. Nesse sentido o STJ:

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. FALTA DE RECONHECIMENTO DE FIRMA EM CERTAME LICITATÓRIO. MERA IRREGULARIDADE. [...] há de se reconhecer que, a falta de assinatura reconhecida em um documento regularmente apresentado é mera irregularidade - principalmente se o responsável pela assinatura está presente no ato para sanar tal irregularidade. Precedente. 4. Recurso especial não provido. (STJ. 2ª Turma. REsp 947.953/RS. Relator Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 14/09/2010, DJe 06/10/2010)

Vale ressaltar que estamos diante de certame na modalidade de PREGÃO pelo sistema ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL e MODO DE DISPUTA ABERTO.

Diante disso, importante destacar o previsto no item 18 do Edital, que ora transcreve abaixo:

#### 18. CONSIDERAÇÕES FINAIS

18.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas visando à ampliação da disputa entre os Licitantes, à obtenção da proposta mais vantajosa, desde que não comprometam os interesses da PPSA, bem como à finalidade e à segurança da contratação.

Mister consignar, ainda, que o Edital (item 12.4 e 12.4.1) dispõe sobre o direito de preferência das microempresas e empresas de pequeno porte, in verbis:

#### 12.4. Direito de preferência e critério de desempate:

12.4.1. Microempresas ou empresas de pequeno porte – ME/EPP (art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006): Se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, será assegurada preferência na contratação, nos termos da Lei.

b) Da necessidade de renovação dos atos do pregão

Demonstrada a insubsistência da desclassificação do impetrante, necessária se faz a renovação de todos os atos do pregão, a partir da apresentação das propostas escritas pelos licitantes.

#### IV – DOS PEDIDOS

Postos todos os fundamentos acima, pleiteia-se, respeitosamente, à V. Sra. que seja, por fim, julgado procedente este recurso, REFORMANDO-SE A DECISÃO DE DESCLASSIFICAÇÃO, para:

a) Determinar a anulação de todos os atos do Pregão Eletrônico nº PE.PPSA.003/2021, a partir da fase de apresentação das propostas escritas (item 6.1 do edital), com o seu consequente refazimento;

b) determinar que o pregoeiro analise a proposta do impetrante com base também no currículo dos profissionais que compõem a empresa, atendo-se, fundamentalmente, ao direito de preferência suscitado e a condição basilar da modalidade licitatória em comento, qual seja, o menor preço apresentado pelo impetrante.

Nestes termos, pede deferimento.

Rio de Janeiro, 13 de julho de 2021.

RICARDO NUNES DE SOUZA – SÓCIO-DIRETOR

**Fechar**